



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. Sargento Portugal)

Requer o aditamento ao REQ nº 62/2025 a realização de seminário externo para debater o PROPAG, a Rio Previdência e o Banco Master e a relação desses com os servidores públicos aposentados, reformados e pensionistas, a se realizar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, o aditamento ao REQ nº 62/2025, que requer a realização de seminário externo para debater o PROPAG e sua relação com os servidores públicos aposentados, reformados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de ampliar o debate para incluir a Rio Previdência e o Banco Master, bem como ampliar o rol de convidados.

Convidados:

- 1- **Deputada Estadual Tia Ju**, (Jucelia O. Freitas) Vice Pres. da ALERJ;
- 2- **Cel. Tarciso Antônio de Salles Júnior**, Secretário de Estado de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro;
- 3- **Deivis Marcon Antunes**, Diretor-Presidente do Rioprevidência;
- 4- **Marianna Montebello Willeman**, Conselheira do TCE/RJ;
- 5- **Cláudio Bomfim de Castro e Silva**, Governador do Estado do Rio de Janeiro; e
- 6- **André Rios**, Advogado de Veteranos e Pensionistas.





JUSTIFICAÇÃO

O Requerimento de Aditamento ao REQ nº 62/2025 tem por finalidade ampliar o escopo do seminário externo originalmente proposto, incluindo no debate a situação do RioPrevidência e os recentes acontecimentos envolvendo o Banco Master, dada a relevância direta desses fatos para a estabilidade financeira do Estado do Rio de Janeiro e para a segurança dos benefícios de aposentados, reformados e pensionistas.

Os episódios relacionados ao Banco Master, que envolvem recursos do RioPrevidência, geraram grande apreensão entre os servidores inativos e seus familiares, diante do risco potencial de repercussões sobre o pagamento regular dos proventos e pensões. A gestão dos fundos previdenciários, por sua natureza sensível, exige transparência, segurança jurídica e máxima responsabilidade fiscal, especialmente em um cenário em que o Estado já enfrenta severas restrições financeiras.

Nesse contexto, a discussão do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados PROPAG, instituído pela Lei Complementar nº 212/2025, mostra-se ainda mais necessária. O PROPAG representa uma oportunidade para reestruturação e redução do endividamento estadual, favorecendo a melhoria do fluxo de caixa, a regularização dos pagamentos e a recomposição gradual das perdas remuneratórias acumuladas pelos servidores públicos. Contudo, a efetividade do programa depende da plena solidez das instituições responsáveis pela administração dos recursos previdenciários.

A correlação entre esses temas PROPAG, RioPrevidência e Banco Master é evidente. A crise fiscal do Estado, agravada pelo alto nível de endividamento e pelo cumprimento do Regime de Recuperação Fiscal, torna os recursos previdenciários ainda mais estratégicos. Qualquer instabilidade ou irregularidade envolvendo tais fundos tem repercussões diretas sobre o





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

equilíbrio fiscal e, sobretudo, sobre a tranquilidade e a dignidade dos servidores que dependem desses benefícios para sua subsistência.

Diante da complexidade da matéria e da necessidade de aprofundar o debate de forma técnica, transparente e participativa, propõe-se o aditamento do requerimento para ampliar o rol de convidados, incluindo autoridades estaduais, especialistas jurídicos e gestores diretamente envolvidos na administração fiscal e previdenciária. A presença desses atores permitirá examinar com maior precisão os riscos, impactos e possíveis soluções para resguardar os direitos dos servidores e assegurar a sustentabilidade financeira do Estado.

Assim, diante dos recentes acontecimentos e da importância de garantir a proteção integral dos aposentados, reformados, veteranos e pensionistas, bem como de promover a estabilidade das contas públicas, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste aditamento, fortalecendo o diálogo institucional e contribuindo para a construção de respostas adequadas e responsáveis para o presente momento.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Sargento Portugal

Deputado Federal PODEMOS-RJ

